



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0001594-30.2015.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Ponte Serrada

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 29/2015-CGJ

Período da correição: 5-10-2015 a 4-12-2015

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Assessor Jurídico: Filipi Bruder



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Ponte Serrada.

Unidade: Vara Única .

Juíza titular: Liliane Midori Yshiba.

Chefe de cartório: Leonice Mattei.

Última correição por equipe da CGJ/SC: 4-9-2012 a 17-10-2012. Autos n. 0012828-14.2012.8.24.0600.

Entrância: Inicial.

Data da instalação/lei de criação: 26-8-1967. Lei n. 3.787/1965.



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

ACERVO PROCESSUAL

Indicador	Valor	
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	
	2.211	
1.1.2	Processos em andamento	1.727
1.1.3	Procedimentos em andamento	484
1.1.4	Filas de trabalho sem movimento há mais de 100 dias	230
Cível – Genérico – Processo		
1.1.4.1	Ag. Análise do Cartório	2
1.1.4.2	Ag. Audiência	1
1.1.4.3	Ag. Encerramento do Ato	115
1.1.4.4	Ag. Prazo	8
1.1.4.5	Cumprir - Urgente	1
1.1.4.6	Escrivão	1
1.1.4.7	Recebido Contadoria	1
1.1.4.8	Recebido do Juiz - Despacho	4
Criminal – Genérico - Processo		
1.1.4.9	Ag. Audiência	1
1.1.4.10	Ag. Encerramento do Ato	12
1.1.4.11	Ag. Impressão - Vara	1
1.1.4.12	Remetidos à Delegacia de Polícia	6
Execução Fiscal - Processos		
1.1.4.13	Ag. Encerramento do Ato	17
1.1.4.14	Cumprir - Urgente	7
Execução Penal - Processo		
1.1.4.15	Ag. Encerramento do Ato	4
1.1.4.16	Ag. Prazo	1
1.1.4.17	Inicial – Aberto/LC/Restritiva/Sursis	10
Família - Processo		
1.1.4.18	Ag. Encerramento do Ato	3
1.1.4.19	Ag. Prisão	1
1.1.4.20	Recebido do Juiz - Despacho	1
1.1.4.21	Recebido do Juiz - Sentença	6
Juizado Especial Cível - Processo		
1.1.4.22	Ag. Encerramento do Ato	26
1.1.4.23	Recebido do Juiz – Decisão	1
Indicador	Valor	
1.1.5	Outros setores	Total + 100 dias
1.1.5.1	Contadoria	5 1
1.1.5.2	Ministério Público	237 33
1.1.5.3	Serviço Social	4 0
1.1.6	Observações	



- a) Informações obtidas em 07-12-2015. Parâmetro SAJ Estatística novembro/2015.
- b) O SAJ5 foi instalado na unidade em setembro/2014.
- c) Realizada amostragem de 5 (cinco) processos na fila "Ag. Prazo" (0300677-33.2015.8.24.0051, 0300496-32.2015.8.24.0051, 0300025-16.2015.8.24.0051, 0300290-52.2014.8.24.0051 e 0300193-52.2014.8.24.0051) não foram encontradas irregularidades.
- d) Realizada amostragem na fila "Arquivado Definitivamente" verificou-se que todos os processos analisados possuem decisão determinando o arquivamento (0300235-04.2014.8.24.0051, 0300249-51.2015.8.24.0051, 0300208-21.2014.8.24.0051, 0300083-53.2014.8.24.0051 e 0300132-94.2014.8.24.0051).
- e) Realizada amostragem na fila "Suspensão" verificou-se que todos os processos analisados possuem decisão determinando a suspensão (0300041-04.2014.8.24.0051, 0300020-28.2014.8.24.0051, 0300106-96.2014.8.24.0051, 0300295-74.2014.8.24.0051 e 0300112-06.2014.8.24.0051).
- f) Realizada amostragem na fila "Tribunal de Justiça" verificou-se que todos os processos analisados possuem o ofício de que dispõe a Resolução Conjunta n. 11/2014 (0001908-42.2013.8.24.0051, 0000112-79.2014.8.24.0051, 0002017-27.2011.8.24.0051, 0300453-95.2015.8.24.0051 e 0001105-25.2014.8.24.0051).
- g) Realizada amostragem na fila "Com Classe Alterada" verificou-se que constam 3 (três) processos na fila em análise (0300804-68.2015.8.24.0051, 0300471-19.2015.8.24.0051 e 0300371-64.2015.8.24.0051).



1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador		Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		4.103
1.2.2	Processos em andamento	3.635	
1.2.3	Procedimentos em andamento	468	
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	32	
1.2.5	Observações		

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: novembro de 2015.

PROCESSOS EM CARGA (Processos físicos)

	Indicador		Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga		426
	Local	Total	+ 100 dias
	Cargas internas		
1.2.7	Distribuição	1	1
1.2.8	Juiz (João Carlos Franco)	25	0
1.2.9	Juíza (Liliane Midori Yshiba)	123	5
1.2.10	Ministério Público	42	15
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ		
1.2.11	Advogado	126	22
1.2.12	Delegacia de Polícia	5	1
1.2.13	Porteiro/Leiloeiro	11	4
1.2.14	Perito	2	0
1.2.15	Procuradorias	91	20
1.2.16	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: novembro de 2015.

PROCESSOS CONCLUSOS

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.2.17	Quantidade total de processos com o juiz	110	148	258

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.18	Janeiro a dezembro de 2013	2.376	198
1.2.19	Janeiro a dezembro de 2014	2.181	182
1.2.20	Janeiro a novembro de 2015	2.424	220
1.2.21	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).



1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	19	0
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		0	0
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		2	0
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		0	0
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		11	2
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		8	4
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		9	1
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	229	92
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	14	9
1.3.10	Observações	a) Primeira verificação em 01-10-2015. b) Segunda verificação em 07-12-2015. b.1) Item 1.3.5: Dos registros encontrados na segunda verificação, 1 (um) é novo. b.2) Itens 1.3.6 e 1.3.7: Todos os registros encontrados na segunda verificação são antigos. c) Orienta-se que a chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade.		



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	15	1	2	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.11.2	Cartório - aguardando	218	26	452	90
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	13	0	13	9
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	106	6	84	52
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	0	0	43	0
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	45	6	47	28
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	36	0	12	0
1.3.11.8	Cartório - arquivar	19	4	17	11
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	50	7	20	5
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	210	10	0	0
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	18	2	21	3
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	39	3	13	2
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	70	10	118	60
	Expedição/cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	150	44	76	29
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	0	0	2	0
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	0	0	0	0
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	10	1	2	1
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	0	0	2	1
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.3.11.26	Observações				
	a) Primeira verificação em 01-10-2015.				
	b) Segunda verificação em 07-12-2015.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	138	0
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		398	35
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		83	0
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		94	1
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		1	0
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0

1.4.7	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	34	18
		Definitivo		26	16
1.4.7.1	Réu preso - total			60	34



1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 30-9-2015)		2.120	951	
	Petição intermediária		499	142	
	Peticionamento eletrônico		67	21	
	Mandados		49	41	
	AR		87	76	
	Execução de sentença		0	0	
	Incidente processual		4	4	
	Ação incidental		0	0	
	Movimentação	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	344	224	
	Pauta de audiências		69	32	
	Carga		160	0	
	Cartas recebidas		123	111	
	Processo		114	104	
	Recurso		0	0	
	Usuário		604	196	
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"			22	19
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros			35	1
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias			61	38
1.4.12	Observações				
	a) Primeira verificação em 1-10-2015. a.1) Item 1.4.9: dos 22 processos, 3 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 19 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 07-12-2015. b.1) Item 1.4.9: dos 19 processos, 1 apresenta registro de local físico "arquivo central" e 18 apresentam registro de local físico "sala de arquivo".				



1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	289	206
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		179	156
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		7	7
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		3	3
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		111	88
1.5.6	Observações			
<p>a) Primeira verificação em 01-10-2015.</p> <p>a.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de agosto de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>a.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p> <p>b) Segunda verificação em 07-12-2015.</p> <p>b.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de outubro de 2015 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>b.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p>				



1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não alimentado	Alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Parcialmente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Parcialmente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado

1.6.6 Observações

a) Primeira verificação em 01-10-2015.

a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 04-03-2015.

a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 225 registros de processos e 634 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ, realizada amostragem em 10 processos, verificou-se que 2 não estavam cadastrados no SNBA (0001833-37.2012.8.24.0051 e 0001785-49.2010.8.24.0051).

a.3) Item 1.6.3 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): o sistema não está alimentado com as informações referentes aos meses de julho/2009 e março/2010.

a.4) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

a.5) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.

b) Segunda verificação em 07-12-2015.

b.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 10-11-2015.

b.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 382 registros de processos e 954 registros de bens no sistema. Constatou-se que os processos irregulares da primeira verificação foram devidamente cadastrados no SNBA. Realizada nova amostragem em 10 processos, verificou-se que todos estão cadastrados no SNBA (0000549-57.2013.8.24.0051,



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

fls. 138

0001785-49.2010.8.24.0051, 0001698-54.2014.8.24.0051, 0001576-41.2014.8.24.0051,
0001491-55.2014.8.24.0051, 0001213-59.2011.8.24.0051, 0001175-42.2014.8.24.0051,
0001094-59.2015.8.24.0051, 0000835-35.2013.8.24.0051 e 0000721-62.2014.8.24.0051).

b.3) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

b.4) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.



1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.7.2	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade. a) Primeira verificação em 01-10-2015. b) Segunda verificação em 07-12-2015. c) Existe 1 (um) programa institucional de acolhimento e/ou programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema, o qual está atualizado.		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2015.

Catia Lucila Ricordi Crestani
Assessora Técnica Correicional – Mat. 6.508

Filipi Bruder
Assessor Jurídico - M40187